

OLIVEIRA, J. A. As Pequenas Cidades Amazônicas: Espaços Perdidos e Reencontrados. In: Amélia Luísa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra. (Org.). O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade. 1ed.São Paulo: Contexto, 1999, v. 2, p. 199-213.

geousp  
rdagens

# O ESPAÇO NO FIM DE SÉCULO a nova raridade

*Organizadoras*

Amélia Luísa Damiani

Ana Fani Alessandri Carlos

Odette Carvalho de Lima Seabra

1.a.1c  
8  
d  
0.705

CONTEXT O

O ESPAÇO NO FIM DE SÉCULO  
a nova raridade

São Paulo, nov/99

Ala

**AGB-SP**  
Livraria

Este livro é uma realização do Labur (Laboratório de Geografia Urbana), da Pós-graduação em Geografia Humana — Depto. de Geografia — FFLCH-USP, e conta com o apoio da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

A versão final dos textos é de responsabilidade das organizadoras.

O ESPAÇO NO FIM DE SÉCULO  
a nova raridade

Organizadoras  
AMÉLIA LUISA DAMIANI  
ANA FANI ALESSANDRI CARLOS  
ODETTE CARVALHO DE LIMA SEABRA

LABUR  
Laboratório de Geografia Urbana

EDITORA  
**CONTEXTO**

Pós-graduação  
em Geografia Humana  
Departamento de Geografia  
FFLCH-USP

Copyright © 1999 das organizadoras

*Coleção:*  
Novas abordagens  
*Coordenação editorial:*  
Daisy Barretta  
*Revisão:*  
Isabel G. F. de Menezes  
*Capa:*  
Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

O Espaço no fim de século : a nova raridade / Amélia Luisa Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra organizadoras. — São Paulo : Contexto, 1999.

Vários autores  
Bibliografia  
ISBN 85-7244-117-4

1. Geografia humana 2. Geografia urbana 3. Lefebvre, Henri, 1905- 4. Sociologia urbana 5. Urbanização — Aspectos sociais I. Damiani, Amélia Luisa. II. Carlos, Ana Fani Alessandri. III. Seabra, Odette Carvalho de Lima. IV. Série.

59-2250 CDD-910.91732

Índices para catálogo sistemático:  
1. Análise espacial : Geografia urbana 910.91732  
2. Espaço : Geografia urbana 910.91732

Proibida a reprodução total ou parcial.  
Os infratores serão processados na forma da lei.

1999

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.).  
Diretor editorial *Jaime Pinsky*  
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa  
05083-110 – São Paulo – SP  
FAX/FAX: (011) 832-5838  
E-mail: contexto@wenet.com.br

## SUMÁRIO

Introdução .....	7
PARTE I— AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO	
<b>Crítica à economia política do espaço</b>	
<i>Sérgio Martins</i> .....	13
<b>Espaço e contradições</b>	
<i>Jose Borzacchiello da Silva</i> .....	42
<b>As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço</b>	
<i>Amélia Luisa Damiani</i> .....	48
<b>"Novas" contradições do espaço</b>	
<i>Ana Fani Alessandri Carlos</i> .....	62
<b>Notas de pesquisa: das contradições do espaço ao espaço vivido em Henri Lefebvre</b>	
<i>Cláudio Roberto Duarte</i> .....	75
PARTE II— A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	
<b>A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais</b>	
<i>Maria Inacarnação Beltrão Sposito</i> .....	83
<b>Urbanização da sociedade cearense</b>	
<i>Maria Célia Justina Costa</i> .....	100

<b>A crise da cidade: os termos da urbanização</b>	
<i>Amélia Luisa Damiani</i> .....	118
<b>A cidade e a crise</b>	
<i>Silvana Maria Pintaudi</i> .....	132
<b>A cidade capitalista: uma centralidade que impõe a descentralização</b>	
<i>Anselmo Alfredo</i> .....	137
<b>A apropriação do espaço e a lógica do automóvel</b>	
<i>Tatiana Schor</i> .....	144
<b>Sujeitos políticos e territorialidades urbanas</b>	
<i>Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i> .....	150
<b>Espaço e política na centralidade da periferia</b>	
<i>Alexandre Souza da Rocha</i> .....	160
<b>Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais</b>	
<i>Maria de Fátima Almeida Martins</i> .....	165
<b>A "rara" propriedade</b>	
<i>Paulo Cesar Scarim</i> .....	172
<b>A mercadoria verde: a natureza</b>	
<i>Paola Verri de Santana</i> .....	177
<b>Produzindo o espaço do ócio</b>	
<i>Carlos Roberto de Oliveira</i> .....	190
<b>As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados</b>	
<i>José Aldemir de Oliveira</i> .....	199
<b>Hábitos rurais em vidas urbanas</b>	
<i>Doralice Sátyro Maia</i> .....	214

## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste livro é apresentar um entendimento do sentido estratégico do espaço hoje. Os textos que o compõem caminham nessa direção, ensaiando examiná-lo na dimensão do seu desvendamento histórico, bem como, no plano da reflexão lógica e teórica.

As relações sociais se concretizam enquanto relações espaciais; com esta idéia Lefebvre nos oferece um campo de reflexão que, antes de discutir as relações entre espaço e sociedade, fundamenta a compreensão do espaço na sociedade enquanto condição e produto social. Nessa perspectiva, a obra do Autor nos oferece um campo amplo e fecundo para embasar o conhecimento do mundo moderno, neste final de século, quando a espacialidade, mais do que a historicidade, se abre como campo de possibilidades concretas. "Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra como o planeta do eclipse".

A história do espaço coincide com o processo que converte os atributos naturais do espaço em atributos da sociedade. Com e sobre o espaço — natureza, dom, dívida — vão sendo articulados níveis da prática social que se traduzem por conhecimento da própria natureza e do espaço. É por isso que o espaço como fonte e como recurso, como suporte e como meio, a partir do que lhe é mais específico ou mais singular, vai, de modo fragmentário, integrando um movimento dialético que faz e refaz, incessantemente, o mundo no sentido da produção-reprodução de atividades, produtos e coisas.

Assim, atributos e bens que outrora eram raros se tornam cada vez mais abundantes; do mesmo modo, outros que eram abundantes, começaram a se tornar raros. O petróleo deixou de ser escasso, assim como muitos produtos agrícolas. O consumo de água, em muitos lugares, tem que ser racionado. Neste caso, produziu-se uma raridade que como tal se realiza na direção da produção-consumo da indústria, como, por exemplo, a água mineral. Num processo de privatização da natureza inteira, decidiram-se os elementos naturais enquanto elementos separados, premissa e condição

de sua produção. Para compreender essas novas produções, é preciso compreender que vivemos num sistema de exploração geral da natureza, visando descobrir novas propriedades úteis das coisas, bem como novas elaborações artificiais dos objetos naturais, para dar-lhes novos valores de uso no quadro de constituição e desenvolvimento do mundo da mercadoria. Trata-se da exploração da Terra em todas as direções, no sentido de descobrir sempre novos sistemas de utilidade geral que têm como suporte tanto a ciência como as propriedades físicas e espirituais, resgatadas na natureza e no homem, recriando um sistema de necessidades cada vez mais amplo.<sup>2</sup>

A espacialidade pressuposta nesses processos se realiza inscrevendo-se no território, perpassando relações reais, imediatas. Foi assim que num interregno, mais ou menos longo, entre recolher água nas fontes e ir ao mercado comprá-la, interpôs-se um mundo de mediações. Nesse momento histórico, o espaço tende a ser mais do que o ambiente da prática social, exigindo um esforço de interpretação que ultrapasse sua caracterização como condicionante, a partir de suas particularidades.

A complexidade da atividade social e o sentido econômico predominante incluem internamente o espaço cada vez mais como objeto, produto e mercadoria, redefinindo o sentido do espaço no plano da prática social.

Essa alteração do significado real e histórico do espaço desemboca num sentido para ele, simultaneamente, mais concreto e mais abstrato, num mundo em que prevalecem e se desenvolvem as abstrações como abstrações concretas. Ao mesmo tempo, definem-se as texturas espaciais dos gestos, dos sentidos, das inter-relações, o espaço vivido, o das culturas materiais e imateriais, cada vez mais interpenetrados, e o(s) espaço(s) abstrato(s), que expressam o universo da mercadoria. Assim produzidos, ligam-se ao solo, realizando concretamente, abstrações econômicas e políticas, fazendo-as entrar numa prática, a dos grupos e das sociedades definidas, a dos indivíduos. O espaço social é complexo, decifra-se analítica e concretamente em múltiplos espaços, também conflituais entre si, marcando interferências recíprocas, redutoras ou residuais. Os espaços abstratos não se afirmam de forma absoluta.

Logo, não se trata tão somente de lógica, de direção e de sentido dos processos históricos e sociais, porque estes processos se realizam espacializando-se. Em verdade, trata-se de abstrações, que se concretizando no espaço, como tais, delimitam territórios. É por isso que as relações reais, aquelas que não se podem simular nem iludir, ao se inscreverem no território, expõem, com veemência, uma problemática própria do território e das múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Isto não equivale a dizer que se viva sem ambiguidade os processos sociais globais, pois o real vivenciado está preñado de representações: um mundo ambíguo da vivência, onde as contradições apresentam-se enfraquecidas, ao mesmo tempo que o nível do vivido, permanecendo na superfície da sociedade e do social, é também o domínio das diacronias e simultaneidades do processo social, convertendo-o em drama.

Nesse movimento, as contradições inerentes ao processo social realizam-se também como contradições do espaço, inclusive, delimitando territórios e requalificando lugares.

O conjunto de textos que definem este livro não possui uma configuração monolítica. Isto é, não se baseia numa única compreensão do fenômeno espacial e urbano, embora a obra de Henri Lefebvre tenha sido fundamental no processo de desvendamento da temática, para muitos de seus autores. Define, de um lado, modos de pensar o espaço e o urbano da Geografia atual. Não esgota, evidentemente, estes modos de pensamento, mas reflete uma certa orientação em Geografia, que não é minoritária. O que demarca o sentido mais abrangente da reflexão é a consideração do significado acrescentado do espaço e do urbano neste momento histórico. Não se trata, no processo analítico de deciframento do mundo moderno, de um fenômeno secundário ou de um epifenômeno. Por isso, a realidade sócio-espacial merece acuidade de tratamento. A análise do mundo moderno passa, neste fim de século, pela constituição da sociedade urbana, como fundamento da mundialidade. A generalização do urbano, no seio de sua própria deterioração, move a compreensão aqui intentada.

O processo de constituição do urbano resultará então em uma espacialidade plena de superposições, desencontros e simultaneidades tecidas por conquistas e dramas. No tecido urbano desmesurado e dilacerado, por caminhos alguns conhecidos e outros tantos certamente desconhecidos, encontram-se os fundamentos das contradições do espaço.

O acervo dos textos reforça a importância de um pensamento sobre o espaço e o urbano, definindo a necessidade de uma reflexão teórica que sustente as análises empíricas, em um processo de conhecimento que não seja estritamente dedutivo. Não existe uma disposição somente informativa neste conjunto de trabalhos. Ao contrário, sem uma pensabilidade sobre o espacial e o urbano, esboroa-se a produção do conhecimento, que poderia ser sugerida. Não preterimos conceitos, teorias, noções que se definem como potencializadoras da análise do real, sem as quais a observação, reduzida à informação, instala-se definitivamente no presente, como eterno presente, não tendo potência para examinar o movimento do real, sua gênese e seu processo de superação.

O movimento entre trabalhos mais abstratos e mais concretos, inclusive, específicos, tem a finalidade de definir a capacidade das concepções, sugerindo procedimentos analíticos para a análise do real. As análises mais concretas não têm caráter conclusivo, mas se definem como ensaios, na tentativa de expor a força das noções que as alimentam.

Existe uma prática científica, hoje em voga, devido à crise dos conceitos, por parte daqueles que se submetem à crise, que insiste em permanecer no nível das observações empíricas, que se tornam espetaculares e/ou informativas dada sua pretensa atualidade. Fenômenos novos, que colocam novos problemas, lançam ao pes-

quisador novos desafios, conduzindo-o a rever os caminhos da análise nos seus fundamentos. Vivemos um momento em que "o aparato teórico-conceitual é visto como impertinência: quase se poderia falar numa desconceitualização das ciências sociais e humanas".<sup>1</sup>

Aqui se trata do inverso, isto é, não existe pensamento sem teoria, senão seria um curvar-se ao retorno do empirismo, bem conforme à manutenção no limite crítico da sociedade e de suas condições sócio-espaciais. Uma análise crítica, que desvende além das aparências, exige, necessariamente, um pensamento; um pensamento que não esteja farto das análises das estruturas e desestruturas, que não seja exclusiva e vulgarmente fenomenológico.

Nesse caminho, os textos apresentados trazem um movimento que passa pelas *contradições do espaço* e que discute a *urbanização da sociedade*, fundando uma compreensão do espaço como nova raridade.

A idéia inicial da construção desse pensamento que encaminha as análises urbanas surge nos grupos de pesquisa do Laboratório de Geografia Urbana — Labur — do Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Aparece enquanto debate através da apresentação desse "modo de pensar" o urbano em simpósio, dentro do Encontro Nacional de Geografia, realizado no seio da AGB — Associação dos Geógrafos Brasileiros —, em 1996, em Recife, com o tema "economia política do espaço". Neste momento, o grupo se vê ampliado e a perspectiva geográfica se diversifica.

As organizadoras

#### Notas

1. Lefebvre, Henri. *Hegel, Marx e Nietzsche*. Paris: Casterman, 1975, p. 223.
2. Marx, Karl. *Fundamentos de la Critique de l' Economie Politique (Grundrisse)*. Paris: Anthropos, 1968.
3. Kurz, Robert. *Os Últimos Combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 5.a ed., p. 15.



- a abastecer as indústrias de conservas de sardinha, entrando numa escala de captura até então desconhecida da pequena pesca" (Diegues, 1983).
8. Denominada rodovia Rio-Santos.
  9. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
  10. Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista.
  11. Em especial, nas praias da Baleia em São Sebastião, e Trindade em Ubatuba.
  12. A rodovia passaria por sobre os esporões da Serra do Mar, a partir da planície do rio Juqueriquerê em Caraguatatuba, numa série de viadutos e túneis, até chegar à planície litorânea novamente, na praia de Camburi em São Sebastião.
  13. Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.
  14. Juridicamente, ainda possui, mas reconhecida pela Prefeitura Municipal.
  15. Na década de 70, ainda distrito de Santos.
  16. É só pegar qualquer grande jornal nestas épocas.

#### Bibliografia

- BEALIEU-GARNIER, Jacqueline. *Traité de Géographie Urbaine*. Paris: Librairie Armand Colin, 1963.
- CHABOT, Georges. A Geografia em Face à Revolução Turística. In: *Boletim Geográfico*, Ano 29, nº 215, 38-40. Rio de Janeiro: IBGE, março/abril de 1970.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FELCH, 1973.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. *Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- GAVRIA, Mario. *Campo, urbe y espacio del ocio*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1971.
- GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie Urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- \_\_\_\_\_. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978 (quarta edição).
- \_\_\_\_\_. *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1978 (quarta edição).
- NOFFS, Paulo da Silva. *Os Caiçaras do Toque-toque Pequeno*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FELCH, 1988.
- PAPY, Louis. A margem do Império do Café: a fachada atlântica de São Paulo. In: *Boletim Geográfico*, 137, Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- SUDELPA. *Diagnóstico Físico-Econômico-Social*. São Paulo: Secretaria do Interior, 1974.
- SUDELPA. *Plano de Desenvolvimento do Litoral*. São Paulo: Secretaria do Interior, 1974.
- SUDELPA. *Relatório de Atividades 1975-78*. São Paulo: Secretaria do Interior, 1978.
- SUDELPA. *Sudelpa 19 Anos*. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, 1988.

## AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: ESPAÇOS PERDIDOS E REENCONTRADOS

José Aldemir de Oliveira\*

*Quero a harmonia secreta da desarmonia: quero não o que está feito, mas o que tortuosamente ainda se faz.*

Clarice Lispector. *Água Viva*.

#### Introdução

As cidades, especialmente mas não apenas na Amazônia, são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais e constituem-se bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região.

No passado como no presente, este processo, que representa uma espacialização essencial ao desenvolvimento do capital, não tem ocorrido sem sobressaltos. Os conflitos resultam da imbricação, no processo, de múltiplos agentes portadores de diferentes práticas sócio-espaciais, tornando as cidades da Amazônia o lugar por excelência das lutas sociais.

Observe-se que nas cidades da Amazônia podem emergir formas de relações sociais que não se tornaram vencedoras, que revelam o virtual ainda não transformado em real, mas que se colocam num determinado momento histórico como possibilidade de emersão de outros modos de vida, de espacialidades diferentes às que se tornaram dominantes. A resistência, em diferentes épocas, constituiu-se, do ponto de vista sócio-espacial, no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se impunham. Este processo, contínuo mas não linear no tempo e no espaço, reflete múltiplas dimensões da vida, cujos resíduos ficaram na paisagem.

Portanto, é preciso compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade. Os conflitos existentes em alguns lugares podem ser observados em outros, o que não quer dizer que sejam dotados da mesma dinâmica, embora existam pontos em comum, como por exemplo a confrontação estabelecida, de um lado, pela determi-

\* Professor da Universidade Federal do Amazonas.

nação do Estado e do capital visando à construção de um espaço homogêneo, hierarquizado e controlado e, de outro, pelas práticas espaciais exteriorizadas nas ações concretas dos vários agentes sociais que criam mecanismos de resistência para garantir o direito à diferença. Disso decorre que a produção de um espaço não se constitui apenas de uma determinação do Estado e do capital. Embora esta determinação seja dominante, ela não é exclusiva.

Sendo o espaço produzido na Amazônia o resultado de contradições e de múltiplas relações, é difícil identificar a unidade, ou uma única determinação. Por causa desta dinamicidade e antagonismo norteadores do processo, proponho uma discussão partindo de duas questões: 1) As metodologias das Ciências Sociais, especialmente da Geografia, sobre a investigação da cidade são aplicáveis às cidades da Amazônia? Quais os seus limites e as suas possibilidades? A questão central é fazer uma reflexão sobre a dimensão teórico-metodológica na qual se assenta a pesquisa geográfica sobre a cidade e como aplicá-la à Amazônia; 2) As relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo, com tendência tanto à fragmentação como à homogeneização, estabelecendo condições de controle para inserir a Região na escala global. Entretanto, isso é apenas uma parte do processo, pois existem outras Amazonas que não foram atingidas pela "modernização" ou, mesmo quando atingidas, as dimensões de tempo e espaço são estabelecidas a partir de outras dinâmicas que se contrapõem à lógica dos grandes projetos e da globalização, sendo também os lugares da resistência.

#### As pequenas cidades como espaços-tempos de vida

Chega-se à maioria das pequenas cidades pelo rio e delas é possível contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar. A paisagem citadina é avistada ao longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima sem pressa de chegar. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios assemelha-se a um quadro emoldurado pela folhagem verde-escuro da floresta que lhe garante. "Parece um recanto sedutor".<sup>1</sup>

No entanto, a aproximação encarrega-se de restabelecer a realidade, e o quadro de moldura passa a ter outra dimensão. Essas pequenas cidades têm um padrão urbano característico com ruas e caminhos que terminam invariavelmente no porto. A rua da frente ou a rua primeira tem as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha. As pequenas cidades da Amazônia, parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, pois de perto toda a dimensão de beleza que existia no primeiro olhar esvai-se no arruamento caótico, nas casas novas, mas com as fachadas desbotadas e precocemente envelhecidas. Talvez fosse melhor que delas só tivéssemos a primeira impressão.

Entretanto, é preciso compreender que esta paisagem é o resultado das relações sociais e contém vida, sentimentos, emoções que se traduzem no cotidiano das pessoas.

Outras cidades da Amazônia são alcançadas por estradas esburacadas, permitindo um passar que, se não é tão rápido, possibilita o ir e o vir. Uns fazem o caminho de ônibus, outros de caminhão, uns poucos de automóvel e alguns a pé. De qualquer forma, se vai ou se vem. Ao longo do caminho há boas casas, outras nem tanto, sendo a maioria casebres. Depois de muito caminhar, não tanto pela distância percorrida, mas pelo tempo gasto, a monotonia de uma paisagem de floresta aparentemente uniforme é quebrada: "cidade à vista!".

Nada de extraordinário. É preciso boa vontade do caminhante para superar o primeiro impacto e identificar na paisagem das pequenas cidades cor de terra (onde a poeira impregna as casas e as árvores, magoa a vista e atinge o olfato, ferindo a alma) algo que possa ser designado como belo. Embora a paisagem das pequenas cidades nada tenha de específico, pois assemelha-se à de tantas outras áreas da fronteira ou às periferias das grandes e médias cidades da Amazônia, a impressão imediata é que ela é única. O que é o imediato?

"O imediato é o (relativamente) simples; por conseguinte é também o começo. Mas a simplicidade da sensação revela-se aparente..."<sup>2</sup> pois há espanto, surpresas e descobertas a fazer, já que a cidade não se resume à paisagem aparente. Ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do reconhecimento disso é que se pode compreender a cidade para além da aparência.

Nas pequenas cidades da Amazônia, mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz. É o processo do construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado. Neste sentido, a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento.

A criação das cidades recentes na Amazônia quase sempre ocorreu a partir da aplicação da política de "desenvolvimento" que produziu espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações amazônicas, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções. Espaços e tempos que foram produzidos através da atuação do Estado e da expansão do capital na Amazônia. Porém, dizer só isso não basta. O que se deve buscar é a explicitação de que capital, de qual Estado e de qual Amazônia se está falando para que a análise do processo de construção do espaço não se transforme numa abstração.

Por isso, é necessário verticalizar a análise visando compreender o processo que só tem sentido quando tomado no contexto dos vários elementos que se articulam para a produção do espaço, tais como os pequenos agricultores, os pescadores, as populações ribeirinhas, os assalariados, os trabalhadores autônomos sem terra<sup>3</sup>,

especialmente os posseiros, os peões, os caboclos e as populações indígenas. Pressupõe também os capitalistas que estão nas grandes, médias e pequenas empresas e uma extensa rede de intermediários situados na própria Região e que se completa fora dela através do capital financeiro e das empresas multinacionais.

O processo de produção do espaço ocorre por meio da ação de todos esses atores e da relação entre si e com a natureza. Completa-se com a atuação direta do Estado, num complexo e extenso sistema burocrático, criado e reformulado, nos últimos 50 anos, para possibilitar a produção da Amazônia como fronteira.

Mas o processo não se esgota aí, é preciso ir além e considerar outras dimensões. A Amazônia de hoje é um lugar bem diverso do que era no início do século, para não retomar tempos mais remotos, não só porque a natureza foi modificada, mas principalmente porque a cultura mudou de modo considerável, sobretudo no decorrer das últimas cinco décadas. Este processo evidenciou que a relação entre o homem e a natureza que passou a predominar na Amazônia teve, e continua tendo, como principal característica a tendência à degradação do homem e da natureza. Embora seja preciso superar posições simplistas tendentes à ecologia naturalista, a verdade é que a persistência do mito da produtividade ilimitada, apesar do vergonhoso fracasso de todas as iniciativas em grande escala para desenvolver a Região, constitui-se em um dos mais notáveis paradoxos do nosso tempo.

É preciso compreender que o espaço que se produz no interior da Amazônia ocorre no contexto de uma mais abrangente visão de produção em que homens, enquanto seres sociais, produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural.

Neste sentido, é necessário contrapor a visão de espaço como palco onde se desenrolam e se localizam as atividades e os fenômenos humanos à idéia do espaço produzido através do trabalho humano. Na primeira, predomina a concepção de um espaço organizado e de uma exterioridade em relação ao homem; na segunda, ocorre a interiorização da produção humana, sendo o espaço um produto social não apenas por ser habitado pelo homem, mas por ser produto e condição de produção para o homem.<sup>1</sup>

O espaço é produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio, mas como requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se e reproduzindo-se. O modo pelo qual os homens produzem o espaço depende das condições concretas dos meios de produção, como também da forma de manifestação da vida que determina de certa forma a natureza do espaço. Por isso, o espaço não pode ser reduzido à natureza nem ao ambiente construído, mas considerado como as formas de controle que se adequam à produção dos meios materiais para a existência do homem, ampliando-se num processo geral de produção da sociedade.<sup>2</sup>

Também o espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único. Ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de

desenvolvimento recente para a Região, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: de um lado, as ilhas de luxo, riqueza e bem estar e, de outro, os arquipélagos de extrema miséria.

Todavia, existem as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não equânime de como as inovações atingem o lugar e de como as pessoas se relacionam com o novo. Todos estes aspectos, mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção do espaço que se traduz na articulação entre o lugar, o nacional e o global.

Por isso, a análise do processo de produção do espaço num lugar específico da Amazônia pressupõe o entendimento de que a produção do espaço não se encerra em si mesma, à medida que é condição, meio e produto da sociedade. Deve-se lembrar que o espaço não é um produto qualquer,<sup>3</sup> ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto a este quanto à sociedade considerada como um todo.<sup>4</sup> Ou seja, o espaço é produto, mas também se imbrica na produção da sociedade. Produção tomada no sentido mais amplo, não se restringindo ao econômico, mas à reprodução da vida, haja vista o espaço não depender apenas das relações de produção, mas abranger outras dimensões como a política, a cultura e o lazer. Então, sua produção possui a dimensão da totalidade que abarca o cotidiano.

Considerado apenas como o aparente, o cotidiano pode ser o ponto de partida para a investigação da realidade, pois ela não está à margem da vida de cada dia. Mas o cotidiano não é só isso, é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia a dia e, no caso, nos confins da Amazônia. E mais: é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança da vida, pois ele também possui uma dimensão de riqueza não apenas material, concentrada nas mãos de poucos, mas virtual, que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, indo além ao se referir às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade. Além disso, é no nível do cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se a uma globalização que tendência a homogeneizar costumes e modos de vida. Portanto, é no cotidiano que emergem as resistências.

Considerar o cotidiano na investigação das pequenas cidades da Amazônia não se constitui despropósito. Afinal, a cidade (pequena ou grande) é o lugar onde as pessoas vivem bem ou mal, ricas ou miseráveis. "É no cotidiano que elas ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre"; se vive e se buscam mecanismos que possibilitem a reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural. Vida, sempre em sua dimensão mais ampla. Sobre tudo, é nas pequenas cidades do interior, como as da Amazônia, que se coloca de forma mais clara a tendência de imposição do cotidiano como parte de um processo de homogeneização baseado na predominância do valor de troca sobre o valor de uso.

Portanto, tentar compreender o cotidiano é buscar o desvendamento da realidade. Mas, ao mesmo tempo, esse cotidiano pode esconder a realidade. "A análise da vida de cada dia constitui - em certa medida, apenas - a via de acesso à compreensão e à descrição da realidade; além das suas possibilidades, ela falseia a realidade".<sup>9</sup> Neste sentido, a realidade não pode ser compreendida apenas desvendando-se o cotidiano, mas numa dimensão em que este se inclui na totalidade. O cotidiano tem que ser compreendido no contexto social em que o espaço da cidade é produzido, não sendo a soma mecânica de atividades diversas, mas a totalidade que as engloba e que determina a produção do espaço.

A produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso. Neste processo, as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, sendo que o novo não exclui o velho. Isto leva à tendência de se produzir um espaço controlado e homogeneizado que, no entanto, não se concretiza em sua inteireza, à medida que o novo espaço não se produz excludentemente. Deste modo, ele reproduz as diferenças e as resistências que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões.

O novo, completamente novo, não existe e é nas brechas encontradas no processo de produção que a população do lugar e os migrantes criam as condições de resistência, visando alcançar as transformações do espaço produzido. Na Amazônia como um todo, tais ações podem ser detectadas na resistência da população indígena e dos caboclos que tentam interferir na produção do espaço de maneira que o direito à diferença lhes seja garantido. No nível local, pequenas ações têm contribuído para que afluam formas de lutas visando não permitir que o espaço se produza exclusivamente conforme as feições da classe dominante e de acordo com as estratégias do Estado. Na maioria das vezes, são ações localizadas, sem conseguir articulação mais ampla. Isso, no entanto, não retira o caráter político que lhes dá sustentação.

Portanto, o estudo das pequenas cidades da Amazônia aponta para a análise da vida social que se desenrola no espaço, buscando compreender não apenas o possível, mas o impossível, não apenas o que é, mas principalmente o que poderia ser. Com isso chega-se a um resultado de investigação cuja base de análise é geográfica, tentando superar a Geografia que não alcançou o entendimento da deterioração do espaço social pois se deteve à descrição dos fenômenos no espaço para concebê-la enquanto ciência capaz de explicar a produção do espaço a partir de fatos reais postos pela vida concreta dos homens. Esta visão aponta para uma concepção de Geografia cuja base é a compreensão do uso do espaço.

A tese sustentada nesta investigação do urbano na Amazônia é que a expansão da fronteira se dá a partir de um processo contraditório, baseado num tripé: a *destruição* das formas espaciais existentes, a criação das *resistências* e a *reconstrução* de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. A dimensão social desse processo é também uma dimensão espacial, sendo, por isso, concebida como uma prática sócio-espacial, tendo o espaço como o lugar geográfico da ação.

A forma como o espaço é produzido na fronteira pode ser um instrumento de perda, mas também pode se constituir numa alternativa de libertação.<sup>7</sup>

A resistência não é uma dádiva. Pressupõe, de um lado, que as pessoas tenham condições de sobrevivência; de outro, que se contraponham ao que se lhes é imposto, sem perder a capacidade de indignação e de revolta "não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas contra a própria produção da vida vigente e contra a atividade total em que se baseia".<sup>10</sup>

### A produção do espaço urbano na Amazônia

As análises sobre a Amazônia quase sempre privilegiam dois temas: a natureza e o que genericamente poderíamos chamar de Amazônia Oficial, ou seja, a Amazônia dos Grandes Projetos. Essas abordagens, embora importantes, são limitadas. Na primeira, o território é visto apenas do ponto de vista da natureza, tornando-se inócuo, pois são as relações sociais que o constróem, o destroem, o inventam e o reconstróem num processo que pressupõe conflitos, contradições e lutas dos sujeitos. Na segunda, embora seja preciso reconhecer que o processo de transformação ocorrido na Região determinou novos significados para as cidades, deve-se reconhecer que parte significativa da Amazônia não foi atingida por este processo, o que não quer dizer que não seja influenciada por ele. Neste sentido, é preciso uma discussão geográfica sobre as pequenas cidades da Amazônia repensando o lugar do homem na Geografia e o significado da produção do espaço na Amazônia.

As taxas de crescimento da população urbana da Amazônia (Região Norte), na última década, foram superiores à média nacional. Todavia, o grau de urbanização é o menor do Brasil, com 58,2%, sendo que este percentual está desigualmente distribuído, concentrando-se a maioria da população nas cidades capitais. Com exceção do Pará, nenhum dos demais Estados da Região apresentava, no Censo de 1991, outras cidades que não as capitais com mais de 100 mil habitantes. Tomando-se como exemplo o Amazonas, a cidade de Manaus concentra quase a metade da população de todo o Estado. Esse aspecto é tanto mais significativo quando consideramos que a população total das 05 cidades mais populosas do Estado do Amazonas é inferior a 17% da população da cidade de Manaus e que nenhuma dessas 05 cidades, atingiu, em 1991, 50 mil habitantes.

Portanto, uma parte significativa da população urbana da Amazônia está localizada em pequenas cidades. Estas cidades são espaços produzidos socialmente e cimentam uma cultura datada num determinado tempo e lugar.

Na Amazônia, sejam localizadas na *beira* dos rios ou das estradas, as cidades retratam um determinado período de busca de riquezas. Ao mesmo tempo, como se observou antes, as cidades refletem as condições específicas do lugar e dos conflitos que não podem ser considerados exclusivamente econômicos, pois têm dimensões culturais, políticas e ideológicas e retratam o vivido de quem as constrói. As cidades

da Amazônia, embora pequenas e com pouca ou nenhuma importância para as outras regiões do país, têm organização e estrutura que extrapolam sua dimensão específica, configurando formas e estilos que estão além da circunscrição espacial. Nelas encontram-se instituições regionais, nacionais e até internacionais, influenciando de forma direta ou indireta o cotidiano. É preciso, por isso, conceber as cidades por meio de características específicas, tentando não as ver como pedaços de uma cultura mais geral, nem com a mesma dimensão e complexidade dos núcleos urbanos mais dinâmicos. Em outras palavras, as cidades da Amazônia são produzidas a partir do específico, tendo dimensões gerais.

Tais relações são portadoras de grande significado cultural sendo necessário compreendê-las, pois representam especificidades que refletem a configuração de um urbano em construção na Amazônia, cujas espacialidades são produzidas pela interação de fatores exógenos e endógenos. Cada uma dessas cidades é um lugar específico, o que não quer dizer exclusivo, pois faz parte de um contexto maior. Contudo, os eventos que as atingem têm dinâmicas próprias, dificultando, senão impossibilitando, generalizações.

#### A cidade enquanto dimensão do vivido

O modo como o grupo se organiza para produzir e atender suas necessidades não explica *per se* toda a sociedade. Também, o processo de produção não se completa nem se encerra em si mesmo. Considerar apenas o econômico, ou mesmo colocá-lo em primeiro plano, choca-se com numerosas objeções, podendo destruir qualquer perspectiva de compreender o processo de produção da sociedade, entendendo a produção no sentido mais amplo, que capta as transformações do vivido, abrindo caminho para o entendimento da vida, pois as relações sociais de produção encerram múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas.

Essas contradições explicitam-se e podem ser identificadas no dia a dia das pessoas que moram nas pequenas cidades da Amazônia. Por exemplo, na forma como se relacionam com a natureza.

Meninos descalços, seminus, correm contra o vento, e com toda a força vão ao "banho" na cachoeira. Banham-se a lavar não o corpo, mas o espírito. Brincam e têm a natureza a testemunhar seus sonhos e a oferecer frutas frescas que alimentam seus corpos frágeis. Corpos pequeninos cuja dimensão de liberdade e de grandeza são comparáveis à imensa floresta que parece sorver águas e corpos numa gula insaciável. A vida, para esses meninos, passa como a água do pequeno rio. Nem tão rápida que não possa ser vivida, nem tão lenta que não se renove. Nessa simetria, o rio engranda a vida que nasce para um novo dia. Mais do que a dimensão natural, a cachoeira é fonte de vida e nela os meninos brincam e vivem.

Essa perspectiva de natureza, expressa no uso da cachoeira como área de lazer numa pequena cidade amazônica, contrapõe-se a uma outra que relaciona a sua uti-

lização como fonte de lucro. Outras cachoeiras na mesma cidade já estão sendo apropriadas por particulares que as interditam, objetivando a exploração turística posterior. Esta contradição demarca um limite nas concepções dos que produzem o novo espaço na Amazônia. Para uns, a natureza é captada enquanto necessidade para o uso, dela retirando o necessário para a sobrevivência, para a construção de abrigo ou ainda usando-a como lugar da festa e do encontro. Para outros, a natureza é vista enquanto potencial turístico, mercadoria a ser vendida nos cartões postais.

Neste sentido, as pequenas cidades da Amazônia foram e são produzidas a partir de contradições e de conflitos que não estão circunscritos às questões econômicas. Excluir o vivido pode ser uma forma sutil de camuflar o que o precede e o sucede. Por isso, a produção do urbano na Amazônia tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades, a influência da cultura indígena. As aldeias não podem ser consideradas como os embriões das cidades. As missões e os povoados constituíram-se a partir das aldeias, mas eram a sua negação. Os aldeamentos em muitos casos, foram criados distantes das aldeias e alguns transformaram-se em vilas e posteriormente em cidades. A base econômica foi fixada a partir da exploração de recursos naturais extraídos da floresta e dos rios, tendo na mão-de-obra indígena um de seus sustentáculos. Isto nos leva a perguntar se existe influência da cultura indígena nas cidades da Amazônia?

A cultura indígena se enquadra enquanto manifestação da cultura popular, sendo quase sempre vista como fazendo parte de "uma manifestação cultural dominada, invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, invadida pelos valores dos dominantes (...) manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma, como impotente face à dominação, arrastada pela potência destrutiva da alienação".<sup>11</sup>

É necessário, entretanto, como também sugere Marilena Chauí, cautela quanto a considerar a cultura popular apenas na perspectiva da perda. No caso da cultura indígena, este aspecto parece relevante pois, apesar de sempre ter sido colocada como perdedora e não se querendo aqui estabelecer parâmetros de empréstimo cultural, é possível identificar em algumas cidades da Amazônia, especialmente naquelas situadas às margens dos rios, sua influência. Na alimentação: os vinhos de abacaba, açaí, pataúá, o peixe moqueado, o beiju, a carimã, a piracáia; na cestaria, especialmente o paneiro; nos instrumentos de pesca, o arco e a flecha.

Mas é na habitação das pequenas cidades da Amazônia e até nas periferias das cidades maiores que há um marcante traço da influência indígena até agora pouco valorizado pelos que estudam a região. Trata-se do terreiro batido que guarda semelhança com o terreiro das aldeias indígenas. Esse terreiro faz parte da frente das casas (só identificado em casas de madeira) e, embora pertença ao terreno, não é cercado, não faz parte do quintal que só se inicia a partir da parede externa frontal da casa. Esta parte da frente da casa, entre a casa e a rua, é formada por uma área de terra batida, muito limpa, quase sempre com uma árvore ao centro para fazer sombra e um banco. Não

é ajardinada e, embora possa ser facilmente identificada como pertencendo a uma determinada casa, parece mais um espaço coletivo onde as pessoas se reúnem para conversar e as crianças para brincar. Esta influência praticamente inexistente em áreas de colonização recente.

#### As pequenas cidades da Amazônia: o lugar como resistência

Como já aludido anteriormente, quase sempre as análises, não apenas no nível das Instituições do Estado, mas também na academia, partem da Amazônia dos Grandes Projetos, os quais, no limite, poderíamos dizer são predominantes, mas não estão em toda a Amazônia. Existem outras Amazônias que precisamos buscar entender. Por que entender? Para tentar captar o essencial no acidental, perceber a instância do possível, sem ignorar que além do racional há também o não racional; ultrapassar a visão de Amazônia apenas pela expansão da fronteira, desconsiderando as Amazônias que não foram atingidas por esse processo.

De outro lado, é preciso buscar superar uma visão da Amazônia como exuberante, grandiosa, folclórica e fotogênica, concebendo apenas a paisagem aparente, não considerando as relações sociais que a produzem.

Reitero que o estudo de áreas específicas da Amazônia permite-nos compreender que cada lugar da Amazônia é específico, produzido por um homem específico, o que não quer dizer que este lugar e este homem sejam exclusivos, pois fazem parte de um contexto maior. Contudo, os eventos que os atingem têm dinâmicas próprias. Em decorrência, os conflitos que ocorrem num lugar qualquer da Amazônia podem se produzir em outros, não podendo, entretanto, ser entendidos como iguais. A raiz dos conflitos está na confrontação que se estabelece, de um lado, pela determinação do espaço homogêneo explicitado nas práticas espaciais do Estado e das grandes empresas e, de outro, pelas práticas sócio-espaciais dos vários agentes sociais que buscam estabelecer as condições de permanência de valores de uso.

O estudo das transformações que estão ocorrendo nas pequenas cidades da Amazônia revela o retrato de pessoas que são identificadas no processo que fragmentou o espaço, vendido aos pedaços, ao mesmo tempo que se retoma o passado através de coisas e sentimentos que mudaram ou se refizeram num outro patamar.

O exemplo a seguir reflete essa contradição.<sup>12</sup> O espaço produzido a partir da construção da Usina Hidroelétrica de Balbina, na área nordeste do Estado Amazonas, implicou na destruição de florestas, rios, mas sobretudo de modos de vida da população do rio Uatumã. Com isso, ocorreu o rompimento do modo de vida tradicional, terminando a unidade que determinava as antigas relações.

Apesar da pobreza destes trabalhadores que vivem na vila Atroari e na vila que dá suporte à Hidroelétrica, o convívio com eles pode nos levar a descobrir uma vida intensa que desperta uma admiração inquietante.

Na conversa com uma família de pescadores que morava no rio Uatumã e migrou para a Vila, foi possível observar a relação que essas pessoas têm com a natureza. A família estava reduzida a três pessoas, pois os outros filhos migraram. O pai, um senhor com aproximadamente 50 anos, sua esposa aparentando a mesma idade, e um menino de mais ou menos 13 anos. Durante toda a conversa, o casal, especialmente a senhora, mostrava-se preocupado com a ausência do filho. Já ao anoitecer o menino chegou. Indagado sobre onde esteve, respondeu: "Estava no lago olhando o pôr-do-sol e lembrando do nosso rio".

Os três rostos se encheram de "brilho", mas logo se turvaram pelas lembranças do rio que já não é mais deles. Seus semblantes se fecharam e nada falaram. Nem era preciso, pois o silêncio, a se imbricar com a mudez do anoitecer na selva, continha os sentimentos e a marca da tragédia. Só quem conhece a Amazônia e, principalmente, quem sabe da importância do rio para a reprodução da vida, é capaz de entender a resposta do menino, a emoção que contagiou os dois velhos e de compreender a vida dessas pessoas, de onde brotam sentimentos tão profundos, mas que quase sempre são desconsiderados, pois estão eivados por coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do estar sempre por aqui.

"Assim, o poeta falará do Sol ou da cidade. Falará de um objeto que será o mesmo para outros, mas não será o mesmo objeto".<sup>13</sup> Aquele menino criado às margens do rio, no meio da natureza, falava de um sol, de um lago e de um rio que não são as mesmas coisas para muitos de nós. "O sol é um símbolo e mais que um símbolo; revela o mundo, exprime o cosmo, o centro de energia e focos de ardor, os ciclos e os retornos, os desaparecimentos trágicos e as ressurreições. (...) O Sol confirma ao olhar o que ensina (...) uma tripla existência: empírica (nível em que é encarada como objeto da ciência), social (reguladora do tempo e do espaço no caso das atividades humanas), poética enfim (simbólica e mítica). Esta última é a da mais alta importância (valor)".<sup>14</sup> Para aquelas pessoas, o sol e o rio têm dimensões que ultrapassam o ato de contemplação. Esta compreensão do ato de observar o pôr-do-sol só será possível a partir do conhecimento da história da terra, senão, corre-se o risco de se tentar adivinhar os mistérios que envolvem as relações das pessoas com a natureza.

Mas isso sozinho também não explica, pois há uma dimensão de sentimentos. Então, qual a importância da expressão do menino que vê o sol se pôr num lugar qualquer da Amazônia? Existe o sentido da beleza, da natureza e principalmente da vida, à medida que existe uma estreita relação entre o sujeito que contempla e a natureza contemplada, num êxtase em que se enlaçam ações e reações, com a natureza ativamente enquanto reguladora da vida e do tempo de quem a observa. O menino não exerce apenas uma atitude contemplativa, de meditação e enlevo, ele tem na natureza um fator de vida, isto é, de identificação e por isso sua atitude é, na essência, uma ação que reflete a relação do homem com a natureza e com o seu espaço. O sol determina a sua hora, a ida ou não à caça, à pesca, serve também de energia para conser-

var seus alimentos e secar os produtos de sua lavra. O rio serve-lhe à circulação e é o principal fornecedor de proteína animal, sendo também meio de vida.

A atitude contemplativa reflete principalmente as transformações que ocorreram no espaço e conseqüentemente na vida, marcando o processo de estranhamento que se inicia. O rio não é mais o meio de circulação para a população local, nem a principal fonte de sua subsistência, mas a matéria prima para a produção de energia elétrica. A população que ocupava suas margens foi reduzida à abstração dos dados estatísticos ou de categorias não menos abstratas de "atingidos pela barragem", "população à jusante", etc., a enriquecer os relatórios manipulados nos gabinetes oficiais. O espaço perdeu uma das dimensões da vida, um tempo espontâneo, simbolizado pelo rio.

Antes da construção da Usina Hidroelétrica, a captura de pescado que garantia a alimentação dos moradores era obtida com "pouco esforço", em áreas próximas às moradias, constituindo-se numa atividade que podia ser realizada pelas crianças e/ou pelos adultos, antes ou depois da jornada de trabalho na agricultura. O espaço novo modificou esta relação e produziu uma ligação com a natureza que antes estava ausente para o homem do lugar.

É por isso que o sentimento poético traduz com maior agudeza o sofrimento, contribuindo, de um lado, para externar o inconformismo, de outro, para entender as mudanças ocorridas no espaço, no tempo e, mais que isso, serve para entender as transformações da vida decorrentes da introdução de inovações que se, de um lado, não contribuíram para a melhoria das condições das pessoas que moravam às margens do rio Uatumã, de outro, determinaram profundas transformações na relação que tinham com a natureza. As relações se perderam, em parte, mas, enquanto as pessoas conservarem esta ligação simbólica e mítica, elas estarão resistindo e buscando recuperar não o mesmo espaço, mas um espaço transformado.

"A poesia não interdita o conhecer. Pelo contrário, partindo do vivido, penetra num conhecer qualitativamente diferente do saber. Este conhecer do "viver" e do "vivido" recupera as outras esferas (o empírico, o sócio-lógico, o sócio-político), conferindo-lhes um outro sentido".<sup>15</sup> No caso dos pescadores do Uatumã, o outro sentido é a busca de uma nova vida que ali corre como "o tempo que flui como a imagem de um sonho. Flui no pouco da noite que resta e no instante de luz que anuncia o amanhã".<sup>16</sup> Flui na lua, serpente noturna surgida no brilho das águas, sinuosa, acompanhando a correnteza do rio, tão afável, parecendo acariciá-lo. Flui com o sol posto que certamente voltará para anunciar um novo dia pois, para os pescadores que moram na vila Atroari, a fronteira entre o sofrimento e o prazer é tão tênue quanto a profundidade entre o dia e a noite.

Apesar de todas as transformações ocorridas que objetivam integrar a região ao mercado, aniquilando as formas de relações sociais existentes, persiste a dimensão humana, simbolizada na contemplação do pôr-do-sol que tem um sentido poético, apesar de quem o faz talvez não compreenda essa dimensão. Mas o faz, reinven-

tando formas de relação com a natureza, pois "de qualquer modo a gente sabe: o rumo é o do pôr-do-sol".<sup>17</sup>

Na Amazônia, essas ações podem ser percebidas como formas de diferentes sujeitos tentando interferir na produção do espaço de maneira que o direito à diferença lhes seja garantido. São pequenas ações que têm contribuído para que afluam formas de lutas visando não permitir que o espaço se produza exclusivamente às feições da classe dominante e de acordo com as estratégias de um modelo tendente à homogeneização. Como já referido anteriormente, na maioria das vezes, são ações localizadas que não conseguem ampla articulação, o que não lhe retira o caráter político que lhes dá sustentação. Por isso, quando se fala de Amazônia, é preciso explicitar de qual Amazônia está se falando. Existem Amazonas que já viraram o milênio, outras que estão no final do milênio e outras que ainda não o iniciaram.

#### Considerações finais

O afastamento geográfico não impediu que as cidades da Amazônia sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, pois os homens não produzem suas culturas isoladas de todas as outras. Em decorrência, nas cidades da Amazônia, a tendência, em especial nos núcleos criados recentemente, é do enfraquecimento da influência de uma cultura local, pois o espaço urbano está sendo produzido não de forma isolada, mas a partir de um contexto maior, mesmo com certas especificidades resultantes da experiência dos que chegam e dos que estão no local e são sujeitos da criação.

O estudo das transformações do espaço amazônico, especialmente das pequenas cidades, revela o retrato de pessoas em um processo que fragmentou o espaço, vendido aos pedaços. Ao mesmo tempo retoma-se o passado por meio de coisas e sentimentos que mudaram ou se refizeram num outro patamar. Por isso, é necessário compreender e considerar as pessoas como participantes ativos de um processo que dilacera o coração e fere a alma embora ambos se recomponham. Contudo, se de um lado esse processo tem uma grande carga de tragédia, por outro tem a capacidade de embalar novos sonhos e novas ilusões sem melancolias nem saudosismos, mas com "ódio sossegado e com paciência". É neste sentido que, no estudo das pequenas cidades da Amazônia, índios, posseiros, peões, sejam considerados sujeitos e construtores do espaço, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos.

A paisagem é o resultado das relações sociais de produção e, por isso, contém vida, sentimentos e emoções que se traduzem no cotidiano das pessoas. É possível que este cotidiano seja malditamente enfadonho para as pessoas que moram nas pequenas cidades do interior da Amazônia ou talvez nem exista, mas quem sabe não tenha lá seus encantos.

Entretanto, é preciso procurar nas coisas simples a beleza e a poesia onde não se fala disso ou talvez onde nem exista. É preciso compreender o olhar, o sorriso, todos

os gestos e ações que abrem a porta para o infinito, tornando a vida mais agradável, as distâncias menores e os momentos mais intensos.

É mister compreender que, num lugar como a Amazônia, a beleza não está apenas nas formas aparentes, mas no estado d'alma e na condição de vida concretizada em cantigas, em versos, na singeleza de celebrar a festa para exprimir solidariedade, fraternidade e dissimular perdas.

É preciso compreender ainda, que a espacialidade que resulta das duras condições de vida, mas também da resistência, da força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é uma nova vida. É preciso entender, como sugeriu José de Souza Martins, "por que a cultura popular neste país se constitui num arquivo, retalho da História do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, freqüentemente dissimulam a guerra e o luto e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura e da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História".<sup>10</sup> Estas ações que se concretizam em espacialidades, que quase sempre são desconsideradas pelo próprio fato de estarem eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade por serem consideradas lugar comum e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas, estudando o espaço como inumano. Neste sentido, o estudo das pequenas cidades da Amazônia pode restabelecer na Geografia aquilo que Milton Santos considerou como perda: ter deixado de ser ao mesmo tempo ciência e arte.

#### Notas

1. Wagley, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 45.
2. Lefebvre, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 271.
3. Martins, José de Souza. *Expropriação e violência. A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 79.
4. Carlos, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 33.
5. *Ibid.*, p. 15.
6. Santos, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia à Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 128.
7. Lefebvre, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p. 27.
8. Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 72.
9. Esta tese foi sustentada no trabalho "Cidades na selva: urbanização das Amazonas", apresentado como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo em 1995.
10. Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 57.
11. Chauí, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982, p. 63.
12. Oliveira, José Aldemir de. *Cidades na selva: urbanização das Amazonas*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1995, p. 133-135.
13. Lefebvre, Henri. *Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras*. Lisboa: Ulisseia, 1976, p. 203.
14. *Ibid.*, p. 204.
15. *Ibid.*, p. 205.

16. Hatoum, Milton. Reflexão sobre uma viagem sem fim. *Revista da USP*, nº 13, São Paulo: Departamento de Geografia, USP, 1992, p. 65.
17. Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 137.
18. Martins, José de Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 12-13.

#### Bibliografia

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- HATOUM, Milton. Reflexão sobre uma viagem sem fim. *Revista USP*. São Paulo: 13: 61-5, março-maio de 1992.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Lógica formal, lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã (I - Feuerbach)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos Trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.



Esta obra dá início a uma série de publicações, em co-edição com a Editora Contexto, destinadas a divulgar as pesquisas realizadas no programa de pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da FFLCH-USP. O primeiro livro da série traz o resultado de vários anos do trabalho desenvolvido no Labor – Laboratório de Geografia Urbana – com o intuito de produzir textos sob a abordagem teórica de Henri Lefebvre a propósito do espaço.

A importância de Lefebvre para o desenvolvimento do mundo moderno, sob a ótica geográfica, começou a ser percebida pelas organizadoras desta obra nos seminários coordenados pelo professor José de Souza Martins no então Departamento de Ciências Sociais, da Universidade de São Paulo, já nos anos 80. A partir dessa experiência, Amélia, Ana Fani e Odette iniciam, no início de 90, seus grupos de estudo no Labor, visando a análise espacial e introduzindo, no âmbito da Geografia Urbana, uma leitura que foi sendo conhecida como marxista-lefebvriana. Este livro apresenta o estado da arte, o momento atual das reflexões dessas autoras, assim como a visão de outros geógrafos sobre a temática o **espaço e o urbano**. O objetivo de divulgar o momento atual dos problemas é uma forma de democratizar o debate intelectual, permitindo a participação de novos atores: são todos bem-vindos à discussão.

CONTEXTUO



geousp  
novas a

DAMIANI, A; CARLOS, A.F.A; S  
O espaço no fim do século: a



0000000706

9

B